

36º Encontro Anual da Anpocs

GT: 25 – Partidos e Sistemas Partidários

“O sistema partidário eleitoral à luz da coordenação eleitoral: a relação entre o pleito presidencial e estadual no Brasil (1989-2010)”.

Autor: Profº Dr. Rafael Cortez
rcortez@pucsp.br

Apresentação

O presente trabalho tem como objetivo central entender as relações entre a disputa presidencial nos sistemas partidários estaduais, do ponto de vista das competições executivas. Há um crescente número de trabalhos na literatura que reforça a estabilidade da clivagem PT e PSDB no plano federal que estaria combinado com fragmentação nas eleições proporcionais e falta de instabilidade da competição no âmbito estadual. Em linhas gerais, tais características evidenciariam o descolamento da competição presidencial em relação às demais esferas do sistema partidário eleitoral.

Os estudos que tratam da competição política e de suas relações com a evolução do sistema partidário pecam pela “miopia”: o peso diminuto, se e quando se confere algum, às eleições majoritárias para a definição da dinâmica da competição dos partidos políticos brasileiros. Dito de forma direta: a competição partidária no Brasil republicano não foi devidamente analisada sob a ótica das eleições majoritárias, supostamente devido a seu caráter antipartidário. Cargos Executivos, de acordo com essa visão, seriam disputas entre pessoas e não propriamente entre partidos.

As análises do sistema partidário brasileiro desconsideram de forma sistemática as eleições presidenciais, assim como a divisão e a especialização de trabalho que se estabelece no interior desse sistema. Isso é verdade para ambas as experiências democráticas do país, o que não deixa de ser paradoxal. As interpretações mais gerais sobre o funcionamento da democracia presidencialista brasileira se dão sem o devido tratamento das eleições que definem e são as mais importantes para esse regime.

Os diagnósticos sobre a evolução do formato do sistema partidário (Lima Junior, 1983), os atributos dos partidos tomados individualmente (Soares, 1973), o processo de institucionalização do sistema partidário (Souza, 1976) e os efeitos do sistema partidário para a estabilidade do regime democrático (Santos, 2003) são inferidos a partir das características das competições proporcionais.

Essa concentração de esforços analíticos na dinâmica das eleições proporcionais no Brasil foi notada anteriormente por Antonio Lavareda em *Democracia nas Urnas* (1991:26-27). O autor já chamava a atenção para o fato de que: “ficaram assim excluídas de observação detalhada as eleições majoritárias, dentre essas, as eleições presidenciais”. Na visão de Lavareda, havia a “forte influência sobre os pesquisadores pelos modelos europeus de análise do fenômeno eleitoral que, por estarem voltados para

contextos de governos de gabinete, naturalmente se detêm quase que exclusivamente sobre eleições parlamentares”.

O trabalho do autor busca articular essas duas dimensões. O argumento é que o sistema partidário no final da experiência democrática estava passando por um processo de consolidação em dois planos: majoritário e proporcional. O autor conclui, a partir da correlação entre o formato partidário assumido pelas diferentes eleições, que as eleições para governo estadual seriam o elo entre os dois sistemas.

Lavareda, no entanto, não leva sua proposta às últimas consequências, na medida em que trata apenas da relação entre as eleições executivas e as demais do ponto de vista das correlações entre o formato partidário das diferentes eleições, desconsiderando estratégias e a própria continuidade das siglas que controlam estas disputas.

Alguns analistas passaram a incorporar as eleições presidenciais na avaliação da dinâmica partidária no atual período democrático. Melo (2006, 1007) observou a importância das eleições presidenciais no entendimento da evolução do processo partidário-eleitoral brasileiro. No entanto, é preciso desenvolver de forma mais sistemática o mecanismo que explica essa centralidade da competição nacional _isto é, ter uma explicação melhor para a) por que dois partidos; b) por que esses dois; e c) por que o predomínio tem se mostrado estável. Braga (2006) mostrou que, a despeito dos incentivos de fragmentação decorrentes do federalismo e do tipo de sistema eleitoral, a dinâmica da competição partidária foi marcada por crescente institucionalização.

O argumento do trabalho é que a bipolarização na competição presidencial está positivamente associada com a capacidade dos polos em nacionalizar a disputa presidencial nas demais etapas da competição do processo político. Dito de forma mais positiva: PT e PSDB dominam o mercado eleitoral presidencial por meio de estratégia de reprodução deste conflito no plano estadual, resultando na nacionalização das estratégias. Assim, o efeito da disputa presidencial na formação da competição político-partidária no Brasil ocorre mais no plano da estratégia de entrada e desenho das coligações e menos no formato partidário.

Esta nacionalização da disputa é fonte, por sua vez, de parte da instabilidade partidária observada no plano das eleições executivas estaduais. A despeito da estabilidade no formato partidário, a disputa no plano estadual não reproduz a identidade dos partidos vencedores, à exemplo do sistema nacional. A explicação para este fenômeno é que dinâmica de entradas nas eleições estaduais é influenciada pelo

padrão das coligações na esfera presidencial. Em outros termos, os partidos alteram sua estratégia no plano local à luz da necessidade nacional. Desta forma, a instabilidade na identidade dos competidores no plano legislativo se explica justamente em função da nacionalização da competição presidencial. Ainda, tal instabilidade, quando controlada pelas mudanças de legenda é menor do que expressa pelas análises da competição partidária estadual.

O texto está dividido em quatro seções, complementando esta breve apresentação. Na seção seguinte, faço uma revisão crítica da literatura institucionalista no tocante ao efeito esperado pela competição presidencial no formato do sistema partidário. Grosso modo, os trabalhos se concentram no *coattail effect* para inferir o peso da eleição para presidente. Ainda, ao diagnóstico de estabilidade do sistema partidário depende não apenas do formato do sistema partidário, mas da identidade da legenda. Na seção seguinte, discuto a estratégia de nacionalização das candidaturas presidenciais por meio da construção de bases estaduais. Este processo justifica parte da instabilidade nas entradas no plano estadual. Na quarta seção, apresento as evidências empíricas em torno das eleições para governador no estado. A ideia é mostrar que a instabilidade na competição partidária é de menor magnitude do que a avaliação de baixa institucionalização esperaria e que parte deste dinamismo decorre da ligação com o pleito nacional. Por fim, resumo os achados da pesquisa.

Eleições presidenciais e o sistema partidário: uma revisão crítica da literatura

As eleições majoritárias não são tomadas como objetos de análise *per se*, mas em associação com as eleições proporcionais. O debate se instaurou na observância da medida em que as eleições casadas reduziram ou não a fragmentação legislativa.

De um lado do debate se encontram autores que, na esteira da contribuição original de Shugart e Carey (1992), encontraram uma associação entre simultaneidade das eleições majoritárias e redução no número de partidos no Legislativo. O argumento é que as eleições de maior destaque funcionariam como um atalho informacional para os eleitores que, dessa forma, tenderiam a associar o voto das duas disputas. Trata-se do que a literatura chamou de *presidential coattail effects*.

Esse argumento institucionalista ganhou algumas correções posteriores. Golder (2006) argumenta que a simultaneidade dos pleitos é uma condição necessária, porém não suficiente para garantir o efeito redutor das eleições presidenciais. O efeito das

eleições presidenciais apareceria apenas com baixo número de candidatos nas eleições presidenciais.

Essa constatação de que a relação entre as eleições presidenciais e o sistema partidário é condicionada pelo número de candidatura levou os autores a tomarem a disputa presidencial como variável dependente. Se o número de candidatos é o que define a articulação entre a competição nessas duas eleições, a tarefa seria explicar o número de candidatos que concorrem ao pleito presidencial.

Jones (2004) argumenta que o número de candidatos à Presidência é decorrente apenas de fatores institucionais. Eleições em dois turnos estariam associadas positivamente ao número de candidatos. Em contrapartida, a candidatura à reeleição do mandatário reduziria o número de participantes na corrida presidencial.

Outra perspectiva combina elementos institucionais e sociais. As eleições presidenciais funcionam como elemento redutor apenas quando a estrutura social incentiva a participação dos partidos na disputa para o Executivo. Assim, baixo número de candidatos pode ser consequência tanto de um sistema eleitoral pouco permissivo como da homogeneidade do tecido social (Golder, 2006).

Filipov *et alii* (1999) argumentam, por outro lado, que as eleições presidenciais não incentivariam à coordenação eleitoral, ao menos nas democracias em transição. Os elementos que levariam ao voto estratégico, tais como eleitores com preferências consistentes entre as alternativas, consenso mínimo sobre as candidaturas viáveis e partidos minimamente distintos um do outro estariam ausentes em democracias recentes.

Dessa forma, haveria um aumento na fragmentação. A ideia é que o mercado eleitoral em sistemas políticos em transição está excessivamente aberto, em decorrência da inexistência de histórico partidário, atalhos informacionais e baixa identificação partidária entre outros.

O presente trabalho busca fugir da discussão sobre formato partidário, visto que a experiência histórica mostrou que o número de partidos não está relacionado diretamente à estabilidade democrática. A razão de fundo, todavia, é menos substantiva e mais metodológica¹. Buscar a articulação entre pleitos por meio da similaridade do formato partidário assume que os mesmos partidos estão competindo em todos os distritos eleitorais. Além disso, assume que, no tempo, são os mesmos partidos que

¹ Para uma crítica do número efetivo de partidos, ver Santos (2007).

participam das eleições.

Esse suposto nos parece trazer pouco ganho analítico se pensarmos em sistemas presidencialistas em combinação com organização federativa do Estado. As eleições para o Executivo estadual ampliam o leque de estratégias disponíveis às organizações partidárias. Essas estratégias podem assumir um caráter mais local, especialmente para os atores de menor densidade eleitoral nacional. Nesse sentido é que a inferência da dinâmica entre os pleitos para o Executivo federal e estadual, a partir de correlação entre o formato partidário nessas duas eleições, pode estar escondendo o fato de que os mercados eleitorais sejam compostos por atores com identidades distintas. Explico.

Nas eleições presidenciais, o formato assumido nos Estados necessariamente é resultado da interação entre os mesmos partidos, visto que a arena da disputa é nacional. O formato assumido nas eleições para governador, em contrapartida, resulta da disputa estabelecida no âmbito estadual, em que os atores podem ser, no limite, diferentes daqueles que estão buscando o cargo de presidente. Teríamos, tomando como base o caso brasileiro, a separação entre a disputa presidencial e a competição nos n -distritos em nível inferior, que tampouco se comunicam entre eles.

As estratégias eleitorais dos diferentes partidos definem o grau de aproximação entre diferentes disputas, e não associação e/ou efeitos no número de partidos. O formato do sistema partidário é o resultado da interação entre organizações partidárias que utilizam caminhos distintos na busca pela maximização de seus interesses e, portanto, não são indicadores mais acurados para os estudos substantivo da competição eleitoral.

Cox (1997) mostra que um dos efeitos centrais das eleições majoritárias para a competição política é elevar o custo de entrada nos mercados eleitorais de forma a reduzir o número de competidores e favorecer a coordenação estratégica das elites. Por coordenação estratégica das elites entende-se a decisão dos partidos em entrar na disputa, coligar-se ou se retirar.

A passagem abaixo, de Cox (1997, p.05), sintetiza a perspectiva analítica que informa o entendimento da evolução do sistema partidário majoritário brasileiro à luz das considerações relativas à entrada estratégica dos partidos:

“Colocando de forma mais direta: coordenação eleitoral eficiente necessariamente envolve uma redução no número de competidores, mas tal redução certamente leva uma seleção de quais partidos irão sobreviver e isto

tem efeitos políticos”.

Até aqui, tratamos o jogo de coordenação eleitoral tomando apenas a lógica dos distritos individualmente. O jogo se torna ainda mais complexo se pensarmos na articulação entre as competições nos diferentes pleitos, especialmente naqueles que nos importam por aqui, as eleições executivas. Como se relacionariam as eleições presidenciais com os demais pleitos para governador? Haveria algum mecanismo que pudesse articular as competições estaduais?

Retornemos às assertivas institucionalistas. Os efeitos da legislação eleitoral, tanto para as elites como para os eleitores, dá-se em nível distrital. Dessa forma, teríamos uma competição em nível nacional aliada a 27 disputas estaduais independentes. Para nossos fins, tomada a independência dos distritos ao pé da letra, a entrada estratégica dos partidos nos diferentes distritos se daria de forma isolada.

Todavia, a literatura sobre coordenação eleitoral prevê articulação entre distritos a partir das eleições nacionais (Cox, 1997:198). Em outros termos, essa articulação entre os distritos se dá pelas eleições presidenciais. Em suas palavras:

“Talvez, o principal ponto a ser notado é que os potenciais ganhos de troca (cooperação) que passariam despercebidos se todos os partidos fossem puramente locais, mas que podem em princípio ser percebidos se os partidos tiverem escopo nacional (ou pelo menos foco multidistrital)”.

Entender os fatores que contribuíram para o domínio PT-PSDB na competição presidencial, além da importância substantiva da questão em si mesma, permite esclarecer os mecanismos pelos quais a competição nacional afeta as demais esferas do sistema partidário-eleitoral.

A natureza do argumento a ser desenvolvido na artigo é que a resposta para essas questões substantivas passa pela definição da “entrada estratégica”, a decisão quanto a participar do pleito e com quem se coligar. O controle e a preponderância do PT e do PSDB nos pleitos presidenciais são garantidos no momento pré-eleitoral, isto é, quando as negociações entre as elites partidárias levam à restrição do número de alternativas que estão à disposição do eleitor.

A prevalência desses partidos no pleito nacional é em parte decorrente da capacidade das legendas em articular nacionalmente suas candidaturas. As estratégias perseguidas pelos partidos nas disputas para o governo estadual são condicionadas pela

disputa presidencial. PT e PSDB reproduzem o conflito nacional nos diferentes distritos, ainda que nem sempre se façam presentes de forma direta nestas disputas. Isto é, a composição da chapa presidencial leva em conta e atrela tanto quanto possível as disputas estaduais.

Lançar candidatos, apoiar candidaturas de outro partido ou mesmo ficar ausente nas eleições para governador em determinado distrito é uma decisão que, em boa medida, se explica pela estratégia desses partidos no pleito nacional. Independentemente do caminho de cada partido, o objetivo é sempre se contrapor a seus adversários no âmbito nacional. Como notou Lima Junior (1999, p.18), é imperativo para uma candidatura nacional bem-sucedida construir bases políticas nos Estados.

O argumento do trabalho, segundo o qual a entrada estratégica nas eleições estaduais está associada ao conflito nacional, está em consonância com a assertiva da literatura institucionalista sobre os efeitos das eleições nacionais para as demais disputas eleitorais nos níveis inferiores. De acordo com Cox (1997, p.202):

“A nacionalização (linkage) pode afetar radicalmente a política de entrada, convertendo uma série de jogos de entrada no interior de distritos independentes em jogos multi-districtais de entrada. O resultado pode não ser apenas ganhos para os políticos que estabelecem elos entre os distritos, mas também centralização no interior dos partidos políticos, novamente com aqueles que disputam cargos Executivos possui um papel central”.

A relação é de mão dupla, descendo do nível nacional para o estadual e subindo deste para aquele. Dessa forma, as candidaturas encabeçadas por esses partidos ganham força política nacional.

Sendo assim, o mecanismo pelo qual as eleições presidenciais afetam as demais disputas se dá mais pelo condicionamento das estratégias dos partidos nas eleições majoritárias estaduais do que pelo o que propõem Shugart e Carey (1992) e a literatura que seguiu essa agenda (Filipov, 1999, Jones, 2004, Golder, 2006) por um possível efeito redutor das eleições presidenciais no número de partidos efetivos nos pleitos proporcionais.

A maior instabilidade das eleições para Executivos estaduais decorre de três fatores. Em primeiro lugar, ela é mais aparente do que real. Lideranças políticas estaduais trocam de partido ao longo do tempo, mas seus grupos políticos se mantêm

estáveis. Em segundo lugar, essa maior facilidade de entrada é esperada, dado que os custos de entrada nas eleições para governador são menores do que os das eleições presidenciais. Por último, deve-se levar em conta que as articulações para o nível federal afetam as estratégias dos partidos em nível estadual, levando a retiradas estratégicas em determinados Estados e protegendo os nichos de penetração dos partidos médios.

A constatação de que o número de partidos está dentro do equilíbrio esperado é apenas o primeiro passo para o entendimento da competição partidária. A descoberta da identidade dos partidos nos diferentes mercados eleitorais passa pela análise das entradas estratégicas dos partidos políticos. O formato partidário indicará estabilidade apenas se os mesmos partidos estiverem em uma perspectiva temporal, participando dos mercados eleitorais, ou seja, se os partidos conseguirem “fechar” ou controlar as disputas nos distritos.

Eleição presidencial e a nacionalização das estratégias partidárias

Vimos anteriormente que as eleições presidenciais não foram incorporadas de forma sistemática nas análises sobre a evolução do sistema partidário brasileiro. O argumento do trabalho é que ela é crucial para o entendimento da dinâmica eleitoral no nosso sistema político. O sistema partidário-eleitoral brasileiro é marcado por alta complexidade, expressa em um sem-número de interações, e não está ao alcance desta tese oferecer um entendimento de todas as suas interações.

Melo (2006, 2007) dá pistas de que as eleições presidenciais seriam o momento para a consolidação das legendas. Partidos com bom desempenho no pleito eleitoral se tornaram polos organizadores do sistema partidário-eleitoral. No polo da esquerda, o PT se tornou a legenda mais relevante em contraposição ao PDT. O PSDB, de sua parte, “roubou” do PMDB o protagonismo da política nacional no bloco do Centro, e, à direita, o DEM (ex-PFL) ocupou espaço do PPB.

O autor apresenta uma série de evidências empíricas sobre a centralidade e o crescimento das bases representativas dos partidos, tais como crescimento do poder relativo dos partidos nos demais pleitos, como Senado e Câmaras Municipais. O argumento do autor é que o bom posicionamento dos partidos nas eleições presidenciais propiciou a supremacia no sistema partidário estadual (2006, p.168).

O diagnóstico de Melo é preciso. Aqui, parto desse diagnóstico para a

construção do argumento do artigo. O que explicaria a centralidade desses partidos na arena nacional?

O argumento do trabalho é o de que a prevalência entre PT e PSDB decorre da sua capacidade de replicar o conflito nacional nos diferentes Estados. Os dois partidos utilizaram as eleições para governador como instrumento para a disputa eleitoral nacional. As candidaturas para governador permitem aos partidos fixarem bases políticas nos Estados, dando lugar a um contínuo e nacionalizado processo de mobilização e persuasão (Cox, 2005).

Minha análise demonstra que na transição entre as duas primeiras eleições, que marca a disputa pelo protagonismo presidencial, apenas PT e PSDB, entre os atores que disputavam a hegemonia em cada espaço do espectro político, conseguiram nacionalizar seu suporte eleitoral, ancorando-se e reproduzindo sua disputa nacional na maioria dos Estados.

Trata-se de um argumento análogo ao desenvolvido por Lima Junior (1983) no que diz respeito ao processo de formação de coligações nas eleições proporcionais para o período 46-64. A lógica da articulação das alianças ou coligações eleitorais eficiente é aquela que consegue replicar ou reproduzir o conflito nacional nos distritos nacionais. Ou dito da forma inversa, a nacionalização do conflito partidário pede e depende de sua ancoragem na esfera estadual. Sem esse apoio, uma candidatura nacional naufraga, não se viabiliza. Nesses termos, as estratégias políticas dos partidos, expressas na sua política de lançamento de candidaturas em competições majoritárias (entrada estratégica) e padrão de coligações tanto no plano nacional como no estadual, explicam o predomínio obtido por ambos os partidos, ainda que essas estratégias não tenham sido as mesmas.

Nessa leitura, parte considerável, se não a mais importante, do conflito eleitoral é resolvida –ou pode ser, para ser mais preciso, no primeiro momento da competição política, pela coordenação das elites, antes da intervenção direta do eleitor. As estratégias das elites podem restringem as opções ao eleitorado e, portanto, minimizam o efeito da mobilização eleitoral (Cox, 2005).

A tabela abaixo sintetiza os resultados das eleições presidenciais. Grosso modo, o mercado presidencial é caracterizado pela estabilidade das identidades partidárias, no que se refere às duas primeiras posições, e pela alternância dos partidos que buscam adentrar na competição nacional. No tocante ao peso dos partidos, a concentração dos votos nos dois primeiros colocados vem paulatinamente se reforçando, ainda que tenha

um leve declínio nas eleições de 2002, mas que foi prontamente reforçado nas últimas eleições analisadas, atingindo o patamar de 91% dos votos válidos em somente dois partidos.

Tabela 1: Eleições presidenciais 1989-2010

	1989	1994	1998	2002	2006	2010
1ª Força	PRN 31%	PSDB 54%	PSDB 53%	PT 46%	PT 49%	PT 47%
2ª Força	PT 17%	PT 27%	PT 32%	PSDB 23%	PSDB 42%	PSDB 33%
Σ 1ª e 2ª	47%	71%	85%	77%	91%	80%
3ª Força	PDT 17%	Prona 7%	PPS 11%	PSB 17%	PSOL 7%	PV 19%
NEP	5,7	2,7	2,5	3,2	2,4	2,8

Fonte: TSE

A alternância na identidade das “terceiras forças” significa que as tentativas de entrada e ocupação de espaços no mercado eleitoral nacional são efêmeras, isto é, não resistem ao tempo. Não há uma terceira força consolidada que desafie os principais contendores a cada eleição. Há diferentes terceiras forças buscando entrar no plano nacional. Partidos batem à “porta” das eleições presidenciais, uma vez que não as conseguem abrir, retiram-se da disputa e “passam a vez” para tentativas de entrada de agremiações distintas, evidenciando quão custoso é o lançamento de candidaturas próprias para o pleito presidencial. O preço da derrota é amargo o suficiente para que os derrotados optem por ficar de fora das disputas seguintes.

Como indiquei no início deste capítulo, a eleição de 1994 é crucial para o entendimento dos rumos tomados pela competição presidencial nos pleitos seguintes. O resultado dessa eleição, como procurarei mostrar a seguir, é, em boa medida, um produto das estratégias de entrada e coordenação pré-eleitoral capitaneadas pelo PSDB e PT. São essas estratégias que explicam por que esses dois partidos derrotaram PMDB e PPR, de um lado, e PDT, do outro.

Dessa forma, a fim de entender os desafios postos para a eleição seguinte, irei mostrar algumas características do padrão das eleições de 1989.

A tabela abaixo mostra o IDRC –indicador de nacionalização partidária–, que mede a desigualdade dos votos de um determinado partido nos diferentes distritos eleitorais, ponderado pelo tamanho do eleitorado. Quanto mais próximo de zero estiver

o índice, maior a nacionalização de um partido². As células em amarelo representam os partidos altamente nacionalizados (IDRC de zero a 0.33); em roxo, os partidos de nacionalização média (IDRC de 0.33 até 0.66); e, em vermelho, a indicação da votação regionalizada dos partidos –IDRC de 0.66 a um.

Os dados mostram como o padrão de votação dos partidos na primeira eleição presidencial foi basicamente regionalizado entre os partidos que tiveram uma votação expressiva.

Apenas as candidaturas capitaneadas por PT e PRN tiveram votações nacionalizadas. As demais legendas que tiverem índices altos de nacionalização tiveram votações muito baixas em todo o território nacional, isto é, como não saíram do “traço” em todos os Estados, o significado substantivo dessa alta nacionalização é tão somente que eles não tiveram voto em nenhum Estado.

Tabela 2: Índice de Desigualdade Regional Cumulativa

Nacionalização - Eleições 1989		
Candidatura	Partido/coligação	IDRC
Fernando Collor	PRN-PST-PSL	0,25
Luiz Inácio Lula da Silva	PT-PSB-PCdoB	0,30
Leonel Brizola	PDT	0,99
Mário Covas	PSDB	0,58
Paulo Maluf	PDS	0,88
Guilherme Afif Domingos	PL-PDC	0,42
Ulysses Guimarães	PMDB	0,56
Roberto Freire	PCB	0,44
Aureliano Chaves	PFL	0,57
Ronaldo Caiado	PSD-PDN	0,55
Affonso Camargo	PTB	0,38
Enéas Carneiro	Prona	0,21
Marronzinho	PSP	0,31
Paulo Gontijo	PP	0,63
Zamir	PCN	0,53
Lívia Maria	PN	0,35
Eudes Mattar	PLP	0,66
Fernando Gabeira	PV	0,17
Celso Brandt	PMN	0,15
Antônio Pedreira	PPB	0,31
Manoel Horta	PDCdoB	0,30

Fonte: dados calculados pelo autor

² Para uma aplicação desse índice, ver Nicolau (1996, 2004)

O caráter regional das eleições de 1989 mostra a ausência de lideranças com peso nacional. Tratava-se da primeira eleição presidencial do período em um sistema partidário em que já havia ocorrido duas eleições consecutivas para governador. Assim, os principais partidos tiveram forte apoio nos Estados de origem de seus candidatos, mas não conseguiram penetrar eleitoralmente nas diversas unidades da federação. A exceção fica por conta de PT e PRN, que tiveram sua votação distribuída de forma homogênea pelos Estados _IDRC de 0.30 e 0.25, respectivamente.

A candidatura pedetista, a despeito de ter uma votação semelhante à candidatura petista, concentrou seus votos em apenas duas unidades da federação. Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul responderam por 63,7% da votação total do partido. Como se trata de dois colégios eleitorais importantes, essa regionalização do voto não se traduziu em péssimo desempenho no total. O desafio pedetista para as eleições seguintes era o de minimizar a dependência desses Estados no total de sua votação.

O mesmo raciocínio vale para a candidatura do PDS. A candidatura Maluf teve um desempenho fortemente regionalizado. Somente São Paulo foi responsável por 65% dos votos totais do partido. Estávamos diante de uma candidatura de caráter regional, era necessário construir politicamente a candidatura em âmbito nacional. Em relação ao PDT, a diferença é a base política da candidatura. Está claro que uma candidatura tão fortemente dependente de um único Estado, por mais importante que ele seja, enfrentaria sérias dificuldades para mobilizar apoio em novas disputas presidenciais.

PSDB e PMDB, embora em menor grau, mostraram padrão concentrado da votação. No caso tucano, São Paulo e Minas Gerais representaram 59% do total de votos de Covas, ao passo que a candidatura Ulysses Guimarães obteve 44,5% dos votos em três Estados: Bahia, São Paulo e Minas Gerais.

Nota-se que PSDB e PMDB não apenas disputavam a hegemonia no interior do mesmo bloco ideológico como também tinham sua força eleitoral concentrada nos mesmos Estados.

O recado das urnas em 1989 foi evidente. Os dois partidos que chegaram ao segundo turno tiveram votação nacionalmente distribuída. As eleições de 1994 seriam as primeiras eleições presidenciais simultâneas às demais competições em nível estadual.

Assim, para os partidos com forte concentração estadual, a estratégia com vistas à maior penetração territorial passava pela construção de palanques nos Estados.

A tabela 3 mostra o IDRC dos partidos no pleito presidencial, bem como a

porcentagem relativa nos sete maiores colégios eleitorais, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco.

Tabela 3: Eleição presidencial (1994)

	Lula (PT)	Brizola (PDT)	FHC (PSDB)	Amin (PDS)	Quércia (PMDB)
SP	27%	0%	56%	2%	6%
MG	22%	1%	65%	1%	3%
RJ	26%	11%	47%	1%	2%
BA	35%	1%	52%	1%	4%
RS	33%	15%	30%	8%	4%
PR	23%	3%	60%	4%	3%
PE	37%	1%	54%	1%	2%
Total	27%	3%	54%	3%	4%
IDRC	0,17	1	0,17	0,9	0,35

Fonte: bando de dados eleitorais Iuperj

O principal dado da tabela decorre da comparação do IDRC –indicador de nacionalização– entre PT e PSDB com as demais candidaturas. A última linha da tabela mostra que esses partidos tiveram um padrão de votação homogêneo do ponto de vista local, o que expressa a nacionalização dessas candidaturas. Em contrapartida, os demais concorrentes tiveram padrão regionalizado.

O ponto é que os partidos que aumentaram sua votação o fizeram, em grande medida, devido à expansão territorial em distritos diferentes daqueles considerados tradicionais. Em outros termos, os dois maiores partidos aumentaram sua votação e nacionalizaram a distribuição do voto. O IDRC do PSDB saltou de níveis razoavelmente concentrados, no pleito anterior, para 0.17, que expressa a nacionalização do voto do partido que obteve a vitória ainda no primeiro turno.

A questão a ser entendida passa a ser os fatores que levaram à votação mais nacionalizada de PT e PSDB –que irão dominar o pleito nacional– que não estiveram presentes nas candidaturas dos seus rivais em seus respectivos campos ideológicos. Estamos tratando do momento que cristalizou a clivagem PT-PSDB no plano nacional. Qual seria o mecanismo que explicaria a diferença entre esses dois grupos?

PSDB e PT cresceram eleitoralmente entre 1989 e 1994. Esse crescimento correspondeu a maior nacionalização da distribuição dos votos obtidos. PPR, PMDB e PDT, por sua vez, declinaram e/ou estagnaram eleitoralmente.

Identidade partidária nas eleições executivas estaduais.

Ainda assim, o conhecimento convencional que reza que os sistemas partidários estaduais seriam caracterizados pela instabilidade, diferentemente do que ocorre no sistema partidário nacional³. As palavras de Melo (2006:168) ilustram bem o Estado da arte dos estudos sobre a dinâmica dos partidos em nível estadual:

“Por mais que as eleições para o Executivo apresentem uma tendência à dualização, uma polarização que a cada momento se realize em torno de partidos distintos não propicia a estabilização de um determinado quadro de alternativas partidárias capaz de, por sua vez, influenciar o comportamento futuro do eleitor”.

Esse quadro de instabilidade seria explicado pela intensa migração partidária das lideranças locais, expressão de fraqueza e baixa coesão das legendas em nível estadual. O ponto substantivo do autor ao olhar para as eleições majoritárias é menos seu interesse em sua dinâmica *per se*, e mais nos possíveis efeitos das eleições para governador na estabilização das eleições proporcionais.

Nesse sentido, o argumento que apresentarei difere tanto na motivação analítica como no diagnóstico sobre a dinâmica dos sistemas partidários no âmbito local. A preocupação da análise aqui desenvolvida é com a dinâmica própria das eleições executivas estaduais, bem com sua conexão com as eleições presidenciais. Minha leitura é que parte da dinâmica encontrada nos Estados decorre da construção das candidaturas presidenciais, que afetam a dinâmica na competição estadual. Sendo mais direto, o objetivo do capítulo é verificar em que medida as identidades dos competidores efetivos em âmbito estadual permanecem estáveis no tempo, tal como a dinâmica encontrada nas eleições presidenciais. Em que medida os mercados estaduais estariam “fechados”?

A proposição do trabalho é que as eleições para os governos estaduais são mais cartelizadas do que pode parecer à primeira vista. Em outras palavras, não apenas as eleições estaduais têm formato bipartidário como também os atores relevantes são, em boa medida, os mesmos ao longo do tempo. A base da construção do ponto que apresentarei é semelhante ao desenvolvido para as eleições majoritárias. A magnitude do

³ Para uma análise que vincula a instabilidade do sistema partidário à fraqueza dos vínculos das organizações sociais, ver Mainwaring (2001). O autor também chama atenção para o papel do Estado no desenvolvimento dos partidos, bem como na legislação eleitoral.

distrito serve como filtro das ofertas partidárias que chegam ao eleitorado, restringindo as opções disponíveis aos eleitores. Os partidos (elites partidárias), mesmo em nível estadual, influenciam as escolhas do eleitor por regularem a oferta de candidaturas.

O cenário estadual difere da disputa presidencial em algumas variáveis. A primeira delas é uma distinção de grau e diz respeito ao custo de entrada nas respectivas disputas. Esse custo é menor nas eleições estaduais *vis-à-vis* a competição no pleito à Presidência. Em parte, essa diferença decorre dos problemas de coordenação envolvidos em uma candidatura presidencial que, a despeito de ocorrer no distrito nacional, envolve coordenação partidária nos 27 distritos estaduais. Sendo assim, é razoável esperar maior instabilidade no plano estadual.

O outro ponto de distinção se refere à influência da competição presidencial na dinâmica estadual. O argumento do capítulo anterior é que a construção das candidaturas presidenciais passa pela instrumentalização das disputas para governador. A oferta de candidaturas em nível estadual está associada às estratégias partidárias em nível nacional. A quantidade de candidaturas em nível estadual de um partido está relacionada com a escolha dos parceiros na coligação eleitoral, bem como com a presença ou não do partido na disputa pela Presidência. Esse efeito das eleições federais contribui para a explicação da variação da identidade dos partidos que disputam e ganham as eleições para governador.

A terceira mudança diz respeito ao efeito das mudanças de partidos por parte das elites partidárias estaduais e/ou candidatos potenciais ao governo na estabilidade ou não das clivagens políticas que controlam os mercados estaduais. Esse rearranjo de lideranças encobre parte da estabilidade nas lideranças competitivas no plano estadual. Isto é, a instabilidade das identidades políticas nos Estados é mais nominal do que real. Trata-se de uma instabilidade mais aparente do que efetiva.

A mudança de legendas é indicativa das estratégias de entrada e consolidação em diferentes distritos por parte dos partidos, em boa medida ditadas pela necessidade de conciliar as dinâmicas estadual e nacional. Ou seja, partidos buscam alternativas via recrutamento de lideranças para entrar em mercados políticos não explorados pela legenda ou mesmo retomar seu quinhão no bolo eleitoral nos diferentes distritos.

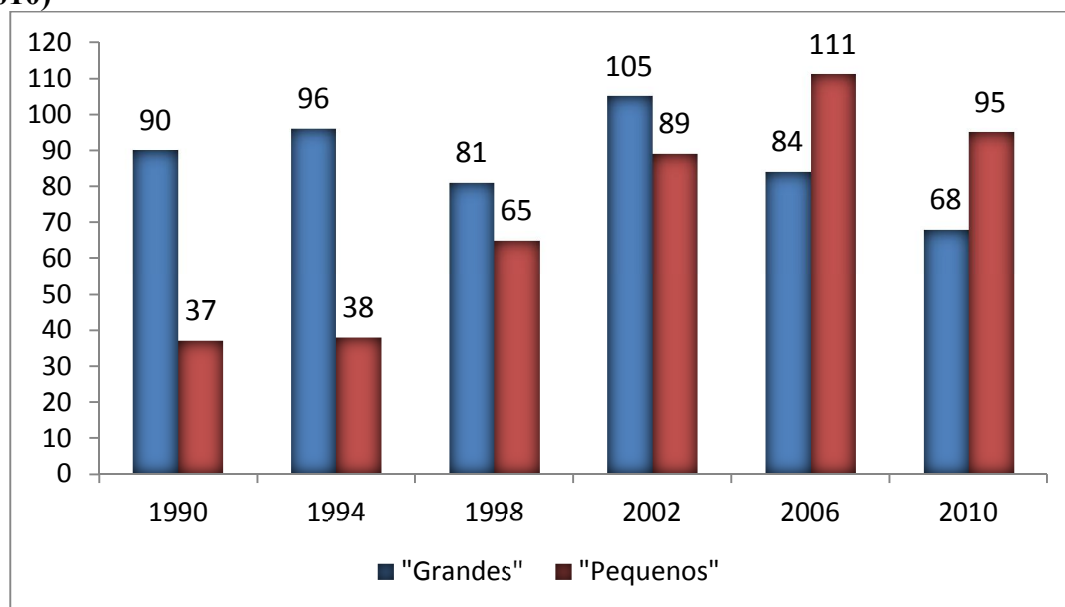
Antes de passarmos para as evidências empíricas que sustentam a tese, cabe precisar o conteúdo do termo “estabilidade”. O número de partidos em equilíbrio esperados pela literatura de coordenação eleitoral em sistemas de maioria absoluta é de três. No limite, a identidade desses três partidos pode variar de uma eleição a outra e,

ainda assim, de acordo com essa literatura, o sistema estará em equilíbrio⁴. Aqui, o termo “estável” denota mais do que isso. Trato o termo “estabilidade” como um atributo dos sistemas partidários estaduais caracterizados pela preponderância das mesmas duas ou três forças eleitorais ao longo do tempo.

Se, de fato, a definição da oferta estratégica é uma variável importante na definição do formato e das identidades dos partidos que participam efetivamente da disputa majoritária nos diferentes distritos, então o número de candidaturas para governador deveria diminuir com o tempo. Os partidos deveriam adaptar suas estratégias em função dos resultados obtidos. Partidos sem chances reais de chegar ao poder preferem não pagar o alto custo de entrada dado pela baixa magnitude.

Há duas lógicas distintas presentes no sistema partidário brasileiro no que diz respeito à entrada estratégica dos partidos políticos. As pequenas legendas não participam do processo de coordenação eleitoral. Trata-se de candidaturas que parecem ser instrumentos para novos postulantes à carreira política. Os competidores mais efetivos levam em consideração os custos de entrada na decisão de lançar ou não candidatos.

Gráfico 1: Número de candidatura para governador por grupo de partido (1990-2010)



O gráfico acima mostra que há uma diferença substantiva no comportamento dos

⁴ Os supostos da ação estratégica na coordenação eleitoral supõem que elites e eleitores são míopes, isto é, calculam suas ações pensando apenas nas eleições seguintes (Cox, 1997).

partidos mais relevantes do sistema partidário-eleitoral brasileiro. A responsabilidade pelo crescimento das candidaturas é exclusiva das estratégias levadas a cabo pelos menores partidos. Essas legendas ou são pouco atraídas pela possibilidade de formação de coligações eleitorais ou não são parceiras muito atraentes para os maiores partidos⁵. Curiosamente, houve um *boom* de candidaturas de micropartidos no momento da adoção da verticalização eleitoral. Era de se esperar que esses partidos fossem menos sensíveis às amarras impostas pela legislação, uma vez que eles participam menos das eleições presidenciais e têm presença territorial mais restrita.

Os partidos mais relevantes sabem que o custo de estratégias pré-eleitorais equivocadas não é pequeno em se tratando de eleições do tipo o “vencedor ganha tudo”. Na verdade, o número de candidaturas dos maiores partidos está em declínio mesmo com as amarras da verticalização, o que demonstra que os custos de entrada levam à coordenação entre as elites. Esse número atinge o auge em 105 candidaturas dos partidos relevantes, nas eleições de 2002, mas esse nível não se sustenta nas eleições de 2006, visto que o número de entradas dos partidos relevantes retorna a patamares mais baixos do que aqueles encontrados em 1990.

Essa tendência reducionista se intensificou nas eleições de 2010, expressando a centralidade das práticas coligacionista por parte das legendas relevantes. Dito de outro modo, as grandes legendas intensificaram a formação de coligações, parte em função das alianças nacionais e dos imperativos para vitória no plano local. Após queda de 20% nas candidaturas entre (2002-2006), o número de candidaturas recuou 25%, em 2010.

A fim de reforçar nosso ponto de que os grandes partidos buscam estratégias de coordenação eleitoral e reduzem os lançamentos de candidaturas, mostrarei a redução do peso relativo das entradas dessas legendas.

Os partidos mais relevantes, dessa forma, facilitam a vida do eleitor ao diminuírem a oferta de candidatos.

Assim, ainda que o número bruto de candidaturas nominais seja alto e crescente, essa tendência de crescimento não resiste quando separamos os partidos grandes em

⁵ O comportamento dos micropartidos poderia ser decorrência de uma estratégia de maximização da representação nas eleições legislativas devido aos *coattails effects* do calendário eleitoral (Shugart e Carey, 1992) ou expressariam escolhas mais personalistas de indivíduos querendo crescer na carreira política e utilizariam a visibilidade das eleições majoritárias como porta de entrada para a vida política. Outra possibilidade é a de que essas legendas sejam instrumentos para entrada de indivíduos no mercado político. Dessa forma, esses partidos lançam candidatos para governador, dada a visibilidade e a projeção decorrentes da campanha estadual

relação às microlegendas. Essa separação mostra que a oferta de candidaturas segue tendências opostas. De um lado, as candidaturas de micropartidos estão em movimento crescente; de outro, os grandes partidos apresentam tendência declinante.

A queda da oferta por parte das grandes legendas é indicativa da importância da coordenação pré-eleitoral. Grandes partidos deixam de lançar candidaturas e estão se agrupando sob coligações comandadas por outros grandes partidos.

Nota-se que essa estratégia dos micropartidos não é recompensada do ponto de vista eleitoral. As microlegendas não alteraram significativamente sua participação no bolo do mercado eleitoral estadual.

Vejamos de forma desagregada a quantidade de candidaturas por Estado.

Tabela 4: Número de candidaturas para governador dos “grandes partidos”

	1990	1994	1998	2002	2006	2010	Período (1990-2010)
AC	5	3	3	2	2	2	3,3
AP	5	4	3	4	4	4	4,0
AM	2	3	1	3	4	1	2,3
PA	3	3	3	5	3	3	3,5
RO	3	5	4	5	3	3	4,3
RR	4	5	4	1	3	2	3,5
TO	3	3	3	4	2	2	3,3
AL	1	3	2	3	3	3	2,3
BA	3	3	3	4	2	3	3,3
CE	3	3	3	6	3	3	3,8
MA	2	3	3	3	4	2	2,8
PB	4	4	2	3	2	2	3,3
PE	4	4	4	4	3	2	4,0
PI	3	3	3	4	3	3	3,3
RN	3	4	3	4	2	2	3,5
SE	2	2	3	2	3	2	2,3
DF	3	4	3	4	3	1	3,5
GO	3	3	3	4	4	3	3,3
MT	4	2	3	3	2	2	3,0
MS	3	3	3	5	2	3	3,5
ES	4	2	4	4	2	2	3,5
MG	4	3	3	4	2	2	3,5
RJ	4	4	3	4	4	2	3,8
SP	4	4	5	6	5	4	4,8
PR	3	3	2	5	3	2	3,3
RS	4	4	3	5	6	3	4,0
SC	4	4	3	4	4	3	3,8
Média/Ano	3,3	3,4	3,0	3,9	3,1	2,4	

Fonte: TSE

A tabela quatro expressa o processo de coordenação entre os nove maiores partidos nas eleições para governador de forma a restringir o leque de escolhas para o eleitor. Retomemos o argumento institucionalista. Nos sistemas de maioria de dois

turnos, deveríamos encontrar no máximo três partidos/candidaturas efetivas por distrito.

De um total de 162 eleições, 57 tiveram mais do que três candidaturas encabeçadas pelos nove partidos mais relevantes. Trata-se de um universo de 35%. Essa media é puxada para cima devido ao caráter excepcional das eleições de 2002. A disputa de 2002 foi responsável por 33% das eleições para governador que tiveram mais de três candidaturas dos partidos grandes.

Assim, em 65% das eleições para governador no distrito, os grandes partidos no momento pré-eleitoral já chegam ao nível de candidaturas efetivas esperadas pela literatura.

O movimento é de queda com pico em 2002, um *outlier* provavelmente relacionado à ao aumento do número de candidatos dos grandes partidos á presidente. Ainda, a regra da verticalização diminui o espaço para alianças em nível estadual, revertendo a dinâmica de estabilização das estratégias de entrada dos partidos.

Ora, o que a tabela mostra é que, antes do momento eleitoral, esse processo de restrição da competição política em torno de três forças já está delineado. O número de candidaturas dos maiores partidos está muito próximo do limite de partidos esperados nas disputas estaduais.

Isso significa dizer que o estoque informacional –componente central para o voto estratégico– necessário para o eleitor conseguir mapear as chances reais de vitória dos partidos é razoavelmente pequeno.

Até aqui, o trabalho foi verificar que os efeitos da baixa magnitude dos distritos, de fato, são efetivos, conforme esperamos pela conjunção dos fatores mecânicos e psicológicos presentes e decorrentes do formato da disputa.

Mercados Executivos estaduais: cartelizados ou em mutação?

O primeiro passo para verificarmos o grau de estabilidade do sistema partidário-eleitoral nos Estados é verificarmos o padrão de entrada dos partidos nos diferentes distritos. A maior instabilidade na dinâmica da oferta partidária disponível aos eleitores expressa o elevado custo dos partidos em apresentar candidatos próprios nos diferentes distritos, o que significa que poucos partidos têm condições de se estabelecer nesses mercados.

Vejam os dados sobre a oferta de partidos nas eleições para governador no período. A tabela abaixo mostra o número de candidaturas encabeçadas pelos nove

maiores partidos, separadas pelo número de eleições. Dessa forma, cada entrada da tabela expressa o número de partidos que lançaram candidatos em três, quatro e cinco eleições no período. A ideia é verificar quantas legendas lançam candidatos nos distritos de forma sistemática, buscando entender o padrão do formato assumido pelo sistema partidário.

Tabela 5: Número de partidos que lançaram candidatos em todas as disputas (1990-2010).

Tipo do Distrito ⁶	Número de Partidos			
	0	1	2	3
Mega	RJ	BA MG	SP	
Grande	PR PE SC MA	CE GO PA	RS	-
Médio	AL AP AM ES MS PI RN RO RR SE MT	DF PB TO AC		-
Frequência	16	9	2	

Fonte: dados elaborados pelo autor

A perspectiva do trabalho é que há uma relação inversa entre o número de partidos que participaram sistematicamente das eleições durante todo o período e o grau de instabilidade do mercado Executivo estadual. Dessa forma, esperamos que os Estados que não tiveram nenhum partido lançando candidatos em todas as eleições estejam mais sujeitos à abertura dos seus mercados. Se nenhum partido lança candidatos com essa frequência, isso significa que nenhuma organização conseguiu se consolidar no distrito e, portanto, há espaço para investimento de novos atores.

Nota-se que grande parte dos Estados nos quais não há nenhum partido que lançou candidaturas em todas as eleições tem colégio eleitoral pequeno. Trata-se de uma dinâmica característica dos distritos médios, de acordo com a classificação proposta por Nicolau (1996). Amapá, Alagoas, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe, Alagoas, Espírito Santo e Piauí estão entre os Estados de baixa magnitude. Paraná e Pernambuco é que fogem à regra, devido a mudanças de partido de suas lideranças (PR) ou por serem moedas de troca nas candidaturas para as eleições presidenciais (PE). De toda forma, não há nenhum mega distrito sem nenhuma legenda

⁶ Trata-se da clássica classificação desenvolvida por Nicolau (1996). A classificação do autor é a seguinte: Mega Distritos: SP, MG, RJ e BA.; Grande Distritos: RS, PR, PE, CE, MA, PA, GO e SC; Distrito Médio: PB, ES, PI, AL, RN, MT, MS, DF, AM, SE, RO, AC, AP, RR.

participando de todas as eleições.

A hipótese do trabalho é que parte dessa baixa estabilidade na oferta de partidos em número significativo de Estados se deve à articulação entre as eleições majoritárias estaduais e o pleito à Presidência. Nesse sentido, a concentração de Estados pequenos entre aqueles com maior instabilidade de ofertas estaria associado a seu peso relativo diminuto nas eleições para presidente. Esses Estados pequenos são acessórios para a construção de candidaturas vitoriosas; assim, os partidos que sistematicamente lançam candidatos pelos distritos podem deixar de entrar ou mesmo abrir espaço para seus coligados na disputa desse local.

Ora, mas se essa relação, de fato, se comprovar verdadeira, iremos concluir pela instabilidade da política estadual. Ainda persistem as dificuldades da tese aqui delineada. A próxima etapa diz respeito a verificar o número de partidos que vencem eleições, para verificar se essa aparente abertura, fruto da não-estabilidade dos concorrentes, reflete-se em variação dos que, de fato, são vitoriosos.

A tabela abaixo mostra a frequência de Estados que apresentaram determinados números de partidos vencedores para governador no período, bem como os discrimina por tipo de distrito.

Tabela 6: dominância partidária do mercado estadual, por tipo de distrito.

Tipo do Distrito	Número de Partidos Vencedores			
	2	3	4	5
Mega	BA SP	MG	RJ	-
Grande	CE	GO PA MA PE SC	RS PR	-
Médio	AC	AP PB MS	AL DF RN TO SE PI	ES RO MT AM RR
Frequência	4	9	9	5

Fonte: dados elaborados pelo autor

Relembremos os critérios que informam o conceito de estabilidade com o qual

estamos trabalhando. Os Estados com sistemas partidários instáveis, do ponto de vista da instabilidade, são aqueles que tiveram mais de três partidos obtendo vitórias. Isso se deve ao fato de que, em sistemas de dois turnos, a magnitude da disputa, em primeiro turno é de três partidos, conforme previsão da regra “M + 1”.

Por esse critério, teríamos quatorze Estados supostamente caracterizados pela instabilidade das identidades dos atores relevantes. Alagoas, Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia e Sergipe e Tocantins.

Entre os quatorze Estados classificados como instáveis por meio desse critério, treze pertencem ao universo dos chamados distritos médios, que têm peso relativo diminuto para as eleições presidenciais. Assim, a explicação sugerida pelo artigo é que, dado o peso irrisório desses Estados no plano nacional, os partidos que atuam na disputa nacional não têm interesse fundamental de participar diretamente das disputas nesses distritos.

Esses Estados têm mais chances de receber candidaturas fora da clivagem presidencial, uma vez que servem como moeda de troca com partidos satélites na disputa presidencial. Uma candidatura vitoriosa nesses distritos traz benefícios pontuais para os partidos que polarizam a competição federal. Quanto mais “federalizada” a disputa no Estado, maior a chance de estabilidade dos atores preponderantes em nível local.

Se tomarmos como base os candidatos vencedores, e não os partidos, iremos perceber que essa suposta instabilidade do sistema partidário é bem menor do que a revelada até aqui.⁷ Em outros termos, as migrações partidárias da elite local superestimam as mudanças ocorridas no cenário político local. Se seguirmos candidatos e seus grupos políticos nos Estados, veremos que poucos são os competidores efetivos em cada distrito.

Os políticos dominantes nos Estados venceram disputas por partidos diferentes no período analisado. Há um dinamismo do ponto de vista das legendas que ascendem ao poder que esconde essa estabilidade das lideranças estaduais.

O que se segue é uma descrição do processo migratório das lideranças naqueles Estados que apresentaram um padrão alternância de partidos no poder fora do que era esperado pela perspectiva adotada pelo trabalho.

⁷ O suposto da análise é que os diferentes candidatos representam diferentes grupos políticos. Dessa forma, os termos serão utilizados de forma intercambiáveis no texto.

Em Rondônia, uma dessas mudanças de partido deve-se à migração partidária do governador Ivo Cassol, que foi eleito pelo PSDB, em 2002, e se reelegeu pelo PPS. O mesmo cenário é válido para o Espírito Santo. O atual governador Paulo Hartung se elegeu pelo PSB em 2002 e disputou a eleição seguinte pelo PMDB.

No Amazonas, o número real de grupos políticos com acesso ao controle do Estado está, no fundo, restrito a quatro partidos, uma vez que o ex-governador Amazonino Mendes foi eleito uma vez pelo PPR (1994) e posteriormente pelo PFL (1998). O mesmo aconteceu com o atual governador Eduardo Braga, que mudou do PPS para o PMDB entre 2002 e 2006. A vitória de um novo partido no Estado (PMN), através da candidatura Omar Aziz, na verdade, significa continuidade. O governador eleito, em 2010, foi vice de Eduardo Braga em duas eleições, recebendo inclusive o apoio do PMDB. De todo modo, do ponto de vista número o estado estaria fora dos padrões de equilíbrio.

No Mato Grosso, no fundo, quatro partidos diferentes venceram eleições no Estado, já que o ex-governador Dante Oliveira migrou do PDT para o PSDB entre 1994 e 1998, resultando na redução em relação à contagem nominal dos partidos vencedores. A eleição do atual governador, Silval Barbosa (PMDB) representa, no fundo, um sinal de continuidade, pois se trata de um vice da chapa vencedora que assume o governo em função do desligamento do ex-governador para a disputa de outro cargo eletivo. (Blairo Maggi se candidata ao Senado).

No Rio de Janeiro, no fundo, três grupos políticos se alternaram no poder. A eleição de Rosinha Garotinho pelo PSB em 1998 foi fruto da mudança de partido de seu marido e articulador político, Anthony Garotinho, governador do Estado eleito pelo PDT. No Paraná, ocorreu a mesma dinâmica, dado que uma alteração partidária é explicada pela migração do ex-governador Jaime Lerner se elegeu pelo PDT, em 1994 para o PFL, em 2008. A migração partidária é o que responsável pela imagem de instabilidade política em Tocantins, em função de número de partidos. Tal instabilidade reflete a eleição de Siqueira Campos por três legendas distintas (PPR, PFL e PSDB).

Em Roraima, temos no fundo três candidatos com acesso ao governo, já que dois governadores eleitos o fizeram em partidos diferentes. Ottomar Pinto venceu as eleições em 1990 pelo PTB, e em 2006 assumiu o poder pelo PSDB. O ex-governador Neudo Campos se elegeu em 1994 pelo PTB, mas se reelegeu filiado ao PPB após mais uma migração partidária.

O mesmo fenômeno torna mais nítido o cenário estadual em Estados que

apresentaram uma instabilidade mais moderada. Em Sergipe, o ex-governador João Alves se elegeu pela primeira vez em 1990 pelo PMDB, e alcançou um segundo mandato, em 2002, pelo PFL. O cenário no Distrito Federal apresentou a mudança de partido do governador Joaquim Roriz, que foi eleito pelo PTR, em 1990 e posteriormente retomou o controle do governo pelo PMDB, em 2002.

O Piauí expressa o exemplo da influência da disputa presidencial na entrada estratégica dos partidos. Em 2010, Wilson Martins (PSB) é eleito, o que significaria o quarto partido distinto a vencer no Estado, rompendo a barreira imposta pela magnitude “M + 1”. Wilson Martins assumiu o posto em substituição ao ex-governador Wellington Dias (PT) que se renunciara o mandato para concorrer à Senador. O PT, contudo, apoiou a eleição do pessebista, gerando uma instabilidade, embora o movimento eleitoral fosse de continuidade.

A tabela abaixo sintetiza a classificação da estabilidade das clivagens dominantes controladas pela mudança de legenda das elites partidárias, ou seja, estamos trabalhando não mais com partidos, mas com os “grupos políticos” das lideranças estaduais.

Tabela 7: dominância dos “grupos políticos”

Tipo do Distrito	Número de “grupos políticos”			
	2	3	4	5
Mega	BA SP	MG RJ	-	-
Grande	CE MA	GO PA PE PR SC	RS	-
Médio	AC PB TO	AP DF MS RR SE	AL ES RO AM MT RN PI	-
Frequência	7	12	8	0

Fonte: dados elaborados pelo autor

O dado mais relevante a ser notado na tabela sete é a alteração na frequência do número de vencedores por distrito em comparação com a tabela anterior. Quando

trabalhamos com os partidos como unidades, tal como na tabela 6, quatorze unidades da federação estariam fora do limite esperado pela perspectiva da literatura. Aqui, uma vez que tomamos as mudanças de partido das lideranças estaduais, temos oito (AL, ES, RO e RS, RO, AM, MT, RN e PI) distritos fora do limite esperado a partir do conceito de estabilidade utilizado no trabalho. Nota-se que nenhum desses Estados faz parte do grupo dos mega distritos. De acordo com esse critério, teríamos, então, 70% dos Estados preenchendo os requisitos de estabilidade do sistema partidário-eleitoral.

O próximo passo é medir a estabilidade das clivagens a partir da alteração das duas principais forças políticas nos Estados.

Tabela 9: Estabilidade dos partidos dominantes (1994-2010)

	Mudança na clivagem eleitoral				
	1994	1998	2002	2006	2010
Status Quo	1	4	7	9	7
Mudança Parcial	13	16	15	11	14
Mudança Total	13	7	5	7	6

Fonte: dados coletados pelo autor www.tse.gov.br

Tendo em vista esse objetivo, criei três grupos para agrupar o tipo de mudança estabelecida por uma eleição em relação ao resultado anterior relativo às duas primeiras posições nas eleições para governador em cada distrito. Em outros termos, o que acontece com a identidade dos partidos?

Para isso, contei o número de eleições em que houve alteração nos dois primeiros colocados. Quanto maior for o número de eleições que alteram a legenda dos dois primeiros colocados, maior o grau de instabilidade das identidades que dominam as disputas nos Estados. O grupo *status quo* se refere às eleições que mantêm a identidade dos partidos que estiveram nas duas primeiras posições. Mudança parcial ocorre quando há alteração de um dos partidos que polarizaram a disputa anterior. A categoria mudança total se refere à alteração completa dos dois primeiros lugares em relação à disputa anterior.

A tabela nove permite apontar três características relativas à estabilidade das

clivagens nos Estados. O primeiro ponto a ser destacado é que há um dinamismo maior nas disputas do que aquele encontrado nas eleições presidenciais. A mudança parcial concentra o maior número de Estados. Apenas 21% das disputas estaduais, mantiveram a identidade dos dois primeiros colocados em relação ao pleito anterior. A mudança total responde por 28% do total. Na verdade, se controladas pela migração partidárias, chegaríamos a 20% de disputas que alteraram a clivagem partidária em um estado. O padrão é a mudança parcial das clivagens partidária nos estados (51%). A segunda tendência se refere ao declínio da frequência dos Estados com mudanças totais, o que mostra aumento da resistência das clivagens estaduais. Na verdade, o número de mudanças totais apresentados na tabela está superestimado. Tomemos o exemplo das eleições de 2010.

Os dados mostram que os eleitores em seis estados (AM, DF, ES, MA, MT e PI) mudaram a clivagem ao escolher partidos diferentes na disputa. Uma análise mais próxima da competição de cada estado mostra que parte esta instabilidade ou decorre de fatores exógenos (perda de mandato), como no exemplo do DF, quando os ex-governadores perderam o mandato ou de vices que assumiram os postos de governadores que buscam outro espaço para sua carreira legislativa. As mudanças nos partidos dominantes nas eleições, em 2010, no Amazonas, Mato Grosso e Piauí se enquadram neste tipo. Por mim, no Maranhão, o nível de alternância decorre da mudança de legenda da governadora, Roseana Sarney.

Tabela 10: Frequência de mudanças na clivagem eleitoral dominante (1994-2010)

Tipo do Distrito	Número de eleições					
	0	1	2	3	4	5
Mega	BA	MG SP	RJ	-	-	-
Grande	CE GO SC	PA PE RS MA	PR	-	-	
Médio	PB TO	AC AP DF RN SE PI	MS RO RR	AL MT	-	ES AM
Frequência	6	12	5	2		2

Fonte: dados coletados pelo autor www.tse.gov.br

A tabela dez discrimina os Estados tendo como critério a quantidade de eleições caracterizadas pela mudança total em relação à clivagem resultante da eleição anterior. A tendência geral é de estabilidade das clivagens que dominam as eleições para

governador. Em 18 (66%) unidades da federação, ou não houve eleição que alterasse completamente o alinhamento partidário anterior ou essa mudança mais expressiva ocorreu em apenas uma oportunidade. Alterações mais significativas nos dois primeiros lugares aparecem em 33% dos Estados.

Nota-se que os Estados que apresentaram maior variação pertencem à categoria de distrito médio. Além disso, Alagoas e Espírito Santo, que apareceram anteriormente como exemplos de distritos instáveis caracterizados por clivagens políticas pouco resilientes, novamente aparecem como exemplos de instabilidade do seu mercado eleitoral.

O padrão dessa tabela sofreria uma ligeira alteração se incluíssemos o número de eleições em que a estratégia eleitoral das elites estaduais incluiu mudança de partidos. O número de eleições com total mudança nos partidos que polarizaram as eleições caiu no Amazonas e em Rondônia (duas eleições), no Espírito Santo, em Minas Gerais, no Mato Grosso, no Paraná, no Rio de Janeiro e em Roraima (uma eleição). Vejamos a distribuição dos Estados a partir do critério do número de eleições com mudança total em relação ao *status quo* anterior.

Tabela 11: Mudanças na clivagem eleitoral dominante, controlado por migração partidária (1994-2010)

Tipo do Distrito	Número de eleições				
	0	1	2	3	4
Mega	BA MG	RJ SP	-	-	-
Grande	CE GO MA PB PI SC	PA PR PE RS	-	-	-
Médio	AC AM TO RO	AP DF MT RN RR SE	MS	AL	ES
Frequência	12	12	1	1	1

Fonte: elaboração do autor

A tabela se organiza em cinco colunas, organizadas de forma a expressar um *continuum* de maior resiliência das clivagens estaduais em direção ao polo de instabilidade. Assim, em um extremo, na primeira coluna se encontrariam os casos com

maior resistência de pelo menos uma das partes da clivagem política; na última coluna, estaria a total instabilidade das disputas nos Estados. A nova configuração mostra como há uma concentração dos Estados nas duas primeiras colunas, o que demonstra que não há alterações entre uma eleição e outra das legendas que polarizaram a disputa. No total de 24 Estados, ou não houve eleição com mudança total ou houve apenas em um caso. Isso significa que as mudanças nas clivagens dominantes nos Estados preservam pelo menos um dos polos.

Os números mostram que as alterações na clivagem dominante desenhada no pleito anterior são poucas e restritas àqueles Estados que apontavam para a instabilidade da clivagem dominante a partir das evidências da entrada estratégica nos Estados.

É interessante observar que Alagoas e Espírito Santo são Estados que continuam demonstrando um padrão de pouca resistência dos conflitos partidários nas eleições executivas. A tabela onze mostra que não seria apenas a dinâmica da oferta de candidatos que explicaria a peculiaridade desses dois Estados. O eleitorado parece mais propenso a aceitar as novas alternativas que se apresentam a ele em cada eleição.

O Rio Grande do Sul continua a ser o Estado cujo padrão da competição majoritária não pode ser explicado pelo tipo de explicação fornecida por esse trabalho. O Estado tem características necessárias, no interior desse argumento (eleitorado grande e existência de oferta constante dos mesmos partidos lançando candidato a governador), para apresentar estabilidade das identidades partidárias que conquistam cadeiras.

Considerações finais

O cargo presidencial nas democracias presidencialistas representa o maior prêmio em disputa por parte dos partidos políticos. Contudo, no tocante à formatação do sistema partidário-eleitoral brasileiro não foi devidamente incorporado nas análises sobre o caso brasileiro. A elevada fragmentação partidária, nas eleições proporcionais, ganhou lugar privilegiado entre os estudiosos da competição eleitoral, deixando de lado o papel da eleição para o executivo nacional.

Análises mais recentes, contudo, incorporaram a disputa presidencial, especialmente em função da bipolaridade PT-PSDB que domina a política nacional, desde 1994. Do ponto de vista analítico, tais estudos tomam o pleito presidencial como variável dependente. Ela seria a expressão de que o sistema partidário-eleitoral não seria caracterizado pela total falta de institucionalização e incapacidade das legendas

minimamente organizarem a manifestação eleitoral.

O papel explicativo da eleição presidencial é menosprezado pelas análises. Assim, o bipartidarismo nacional seria tão somente um espaço em meio a fracionalização das eleições legislativas e pelo descolamento do sistema partidário estadual. Dito de outra forma, a dinâmica da eleição mais importante da democracia brasileira não seria transferida pelas demais competições políticas. No máximo, as eleições presidenciais teriam um efeito de alterar o peso relativo dos partidos nas demais disputas.

O trabalho recorre à literatura sobre coordenação eleitoral (entrada estratégica) com objetivo de argumentar que a disputa presidencial tem um papel bastante relevante na dinâmica do sistema partidário-eleitoral brasileiro, resultando em um processo de nacionalização da clivagem presidencial nos pleitos para o executivo estadual. Neste sentido, é a nacionalização partidária que explicaria parte da instabilidade encontrada no plano estadual.

O mecanismo causal decorre da ação dos protagonistas do pleito presidencial na busca por apoio político ao longo do território. Grosso modo, os partidos aumentam suas bases de apoio pela repetição do conflito em nível federal, nas competições estaduais. PT e PSDB anteciparam este processo explicando as razões da cartelização da disputa nacional. A variação no número de candidatos e no tamanho das coligações em nível nacional afeta o número de entradas no executivo estadual.

Um sistema em equilíbrio, do ponto de vista da coordenação eleitoral, deve responder a dois critérios: número de partidos no interior do limite estabelecido pela regra $(M + 1)$ e identidade estável, entre as legendas. A ideia é que uma olhar tão somente para o formato da competição partidária pode ocultar dinâmica importante das competições partidárias.

A implicação do argumento apresentado no trabalho é que parte da instabilidade das competições políticas estaduais decorre justamente da nacionalização do conflito presidencial. Assim, as mudanças na competição partidária não expressam fraqueza das legendas, mas sim uma resposta eficiente aos desafios impostos aos competidores nacionais. Esta lógica responde, em grande medida, pela instabilidade de oferta dos candidatos nos estados.

A instabilidade no plano estadual decorre de variáveis domésticas, em particular as mudanças partidárias de políticos com capital eleitoral. O resultado é que, uma vez controlada por essas mudanças, a instabilidade no plano estadual é superestimada.

Do ponto de vista lógico, as eleições para o governo estadual poderiam resultar em oitenta e uma legendas competindo de forma sistemática do plano local, caso a decisão de entrada estratégica fosse independente de qualquer fator exógeno ao colégio eleitoral. Deste modo, a redução

Referências Bibliográficas

BRAGA, Maria do Socorro. (2006). O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro –Padrões de Competição Política (1982-2002).

CARREIRÃO, Yan. (2004). A Eleição Presidencial de 2002: Uma Análise Preliminar do Processo e dos Resultados Eleitorais”. *Revista de Sociologia e Política*, 22, pp. 179-94.

COX, Gary. (1997). *Making Votes Count – Strategic Coordination in the World’s Electoral Systems*. New York, Cambridge University Press.

_____. (2005). *Electoral Institutions and Political Competition – Coordination, Persuasion and Mobilization*. In: C Menard e M. Shirley (eds). *HandBook of New Institutions Economics*, pp. 69-89.

GOLDER, Matt. (2006). “Presidential Coattails and Legislative Fragmentation”. *American Journal of Political Science*, vol 50, nº 1, pp. 34-48.

EPSTEIN, Leon D. (1986). *Political Parties in the American Mold*. Madison, University of Wisconsin Press.

FILIPPOV, Mikjail, ORDESHOOK, Peter e SHVETSSVOVA, Olga. (1999). “Party Fragmentation and Presidential Elections in Post-Communist Democracies”. *Constitutional Political Economy*, 10, pp. 03-26.

JONES, Mark P. (2004). “Electoral Institutions, Social Cleavages, and Candidate Competition in Presidential Elections”. *Electoral Studies*, 23, 1, pp. 73-106.

JONES, Mark e MAINWARING, Scott. (2003). The Nationalization of Parties and Party Systems: An Empirical Measure and an Application to the Americas," *Party Politics*, 9, pp. 139-166.

LAVAREDA, Antonio. (1991). *A Democracias nas Urnas – o Processo Partidário-*

Eleitoral Brasileiro 1945-1964. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. (1983). *Partidos Políticos Brasileiros – 46 a 64*. Rio de Janeiro, Graal.

_____. (1999). “Eleições Presidenciais: Centralidade, Contexto e Implicações”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* vol 14, nº 40, pp. 11-30.

NICOLAU, Jairo M. (1996). *Democracia e Multipartidarismo*. Rio de Janeiro, FGV.

MAINWARING, Scott. (2001). *Sistemas Partidários em Novas Democracias – Caso Brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV.

MELO, Carlos Ranulfo. (2006). “Sistema Partidário, Presidencialismo e Reforma Política no Brasil”. In: Gláucio Soares e Lucio Rennó (orgs), *Reforma Política – Lições da História Recente*. Rio de Janeiro, FGV, pp.157-175.

_____. (2007). “Nem Tanto ao Mar, Nem Tanto à Terra – Elementos para uma Análise do Sistema Partidário Brasileiro. In: Carlos Ranulfo Melo e Manuel Alcântara Sáez (orgs), *A Democracia Brasileira – Balanço e Perspectivas para o Século 21*. Belo Horizonte, UFMG, pp.267-302.

MILKS, Sidney (2006). “The Presidency and Political Parties”. In: *The President and the Political System*, Michael Nelson (ed). Washington, CQPress.

SAMUELS, David. (2002). “Presidentialized Parties – The Separation of Powers and Party Organization and Behavior”. *Comparative Political Studies*, vol 35, nº 4, pp. 461-83.

SANTOS, Wanderley G. (2001). *O Cálculo do Conflito – Estabilidade e Crise na Política Brasileira*. Belo Horizonte, UFMG/IUPERJ.

SOARES, Gláucio Ary. (1973). *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo, Difel, 1973.

SHUGART, Matthew e CAREY, John. (1992). *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge, Cambridge University Press.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. (1990). *Estados e Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo Alfa-Ômega, 3ª edição.

